



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 125

04 a 08 Dezembro de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP



GOVERNO DO ESTADO LEGISLA SOBRE O FUNREP

GOVERNO DO ESTADO DECIDE SOBRE O FUNREP

O Governo do Estado do Paraná emitiu o Decreto número 4257/2023, assinado em 28/11/2023 e publicado em 01/12, que versa sobre o Fundo de Recuperação Fiscal do Paraná – FUNREP. Este decreto estende para 31/12 a suspensão temporária do fundo. Complementar à edição do Decreto, o governo apresentou na ALEP o PL 1023/2023, que, entre outras questões, versa sobre suspensão definitiva do FUNREP.

No geral, a medida eleva a alíquota do ICMS de 19% para 19,5% nas operações de serviços de comunicação e nas operações com outros bens e mercadorias, energia elétrica (exceto aquela para a eletrificação rural) de 18 para 19%, e reduz de 18% para 12% a alíquota sobre o gás natural.

A proposta também prevê a revogação do FUNREP, tendo em vista a decisão tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5635 pelo STF, em que se verifica inconstitucionalmente a operação do fundo. A proposta ainda regulamenta o regime tributário aplicável ao IPVA, elevando o desconto do pagamento integral antecipado de 3% para 6%, conforme critérios definidos pelo Poder Executivo.

Secretário da Fazenda do Paraná, Renê Garcia fala sobre as finanças e projetos econômicos do governo no parlamento estadual:



Fonte: ALEP.



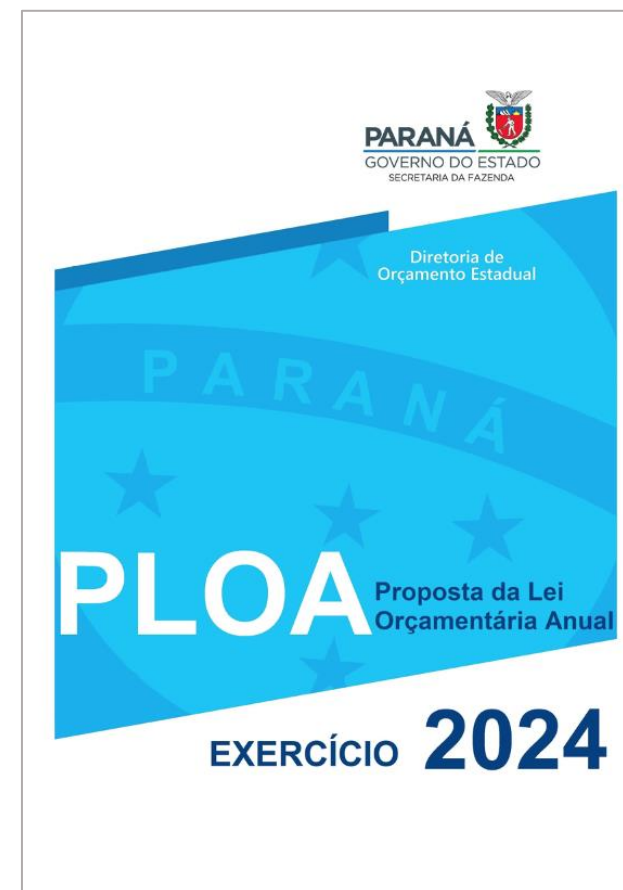
PLOA ESTADUAL É APROVADA NA COMISSÃO DE FINANÇAS DA ALEP

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL É APROVADA NA COMISSÃO

A 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa ocorreu nesta terça-feira (05/12) no Auditório Legislativo para debater e votar o Projeto de Lei nº 826/2023, do Poder Executivo, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício financeiro de 2024 (LOA).

Para 2024, o **Governo do Estado prevê receitas totais de R\$ 65,9 bilhões** destinadas ao Orçamento Fiscal e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Além disso, o documento abrange **outros R\$ 2,8 bilhões destinados ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista**, totalizando uma proposta orçamentária de **R\$ 68,7 bilhões, valor que representa um crescimento de 13,5%**, em termos nominais, em relação às receitas que constaram na LOA deste ano.

Foram apresentadas **2027 emendas, com 909 às despesas, 591 ao conteúdo programático, 57 coletivas e 470 ao texto da Lei**, sendo acatadas todas as emendas às despesas. Referente às emendas às despesas, foram acolhidas as **emendas individuais às despesas tecnicamente corretas até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por deputado, destinadas para organizações da sociedade civil**. A limitação de valor é fruto de um acordo entre a Comissão de Orçamento, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e o Poder Executivo.



Fonte: Governo do Paraná.



CONGRESSO SE PREPARA PARA DISCUTIR PAUTA ECONÔMICA

PAUTA ECONÔMICA NO CONGRESSO NACIONAL

Faltando duas semanas para o início do recesso parlamentar, projetos centrais na pauta econômica ainda aguardam desfecho em sua tramitação, com destaque para a análise da Reforma Tributária na Câmara.

Além disso, o congresso ainda precisa analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) assim como os vetos presidenciais, entre eles o das regras do CARF, o da desoneração da folha de pagamentos, e do arcabouço fiscal. Há na pauta ainda outros temas no radar, como a participação das cooperativas no mercado de Telecom (PL 1303/2022) e no mercado de seguros (PLP 519/2018).

No Panorama do coop desta semana a OCB preparou uma análise política detalhada sobre esses temas.

Confira a análise política, as expectativas de votações e os impactos sobre o coop acessando: https://in.coop.br/Analise_Politica

Imagem - Publicação Análise Política da OCB:



Fonte: OCB.